

**Danielle Helena Almeida Machado
Janaina Cazini
(Organizadoras)**



**O Fortalecimento da
Escola Inclusiva, Diversa
e com Qualidade no Ensino**

Danielle Helena Almeida Machado

Janaina Cazini

(Organizadoras)

O Fortalecimento da Escola Inclusiva, Diversa e com Qualidade no Ensino

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine de Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
F736	O fortalecimento da escola inclusiva, diversa e com qualidade no ensino [recurso eletrônico] / Organizadoras Danielle H. A. Machado, Janaina Cazini. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-604-1 DOI 10.22533/at.ed.041190309 1. Educação e Estado. 2. Educação especial. 3. Educação inclusiva. 4. Inclusão escolar. 5. Prática de ensino. I. Machado, Danielle H. A. II. Cazini, Janaina. CDD 371.9
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “*Educação Inclusiva*”, vem apresentar nos diversos artigos os argumentos e resultados de pesquisas de grandes autores que nobremente norteiam os aspectos condizentes a Educação Inclusiva. Dessa forma, traduz um viés das prerrogativas do ensino e aprendizagem dos docentes na performance das experiências com a educação inclusiva, a presença da psicopedagogia nas dificuldades escolares, as preocupações com a Educação Ambiental no garimpo e no campo, entre outras narrativas condicentes.

Desafios e oportunidades em todos as modalidades educacionais estão pautadas nas entrelinhas das publicações da Atena Editora, os capítulos apresentam estudos sobre a Educação Inclusiva, a Educação Ambiental e as Políticas Públicas na esfera Inclusiva na Sociedade.

A Educação Inclusiva é colocada a luz da reflexão social desde 1988 com a Constituição Federal Brasileira onde garante que a educação é um direito de todos e é dever do Estado oferecer Atendimento Educacional Especializado, preferencialmente na Rede regular de ensino. Que adequou as instituições, de maneira geral, a conjeturar estudos, metodologias como alternativas viáveis de inclusão educacional.

Colaborando com essa transformação educacional, este volume é dedicado ao público de cidadãos Brasileiros que são excluídos socialmente ou por suas deficiências físicas, ou por suas deficiências tecnológicas bem como a Modalidade de Educação a Distâncias e toda sua benéfice massiva e transformadora da pratica educacional, apresentando artigos que: refletem sobre a formação do Professor na perspectiva inclusiva; a Alternativa da Educação a Distância para suprir nas necessidades física, econômicas e sociais; Estudos de casos que apresentam desafios e soluções para os públicos em questão.

Os aspectos que norteiam a Educação Ambiental estão intimamente ligados aos processos educacionais de gestão que efetuam experiências e práticas educativas no desenvolvimento da prática sustentável no campo, no garimpo e das diversas áreas de difícil acesso do público que necessita atenção especial.

Ao que concerne as Políticas Públicas na esfera Inclusiva na Sociedade, refere-se na atuação da psicopedagogia frente às dificuldades de aprendizagem, a história e memória do sindicato dos trabalhadores, bem como, o papel da educação na sociedade referindo-se à formação dos educandos do ensino médio.

Para tanto, todas as práticas educacionais da Educação Inclusiva são imprescindíveis ao ensino e aprendizagem eficaz e satisfatório do educando. Os saberes estão correlacionados nas leis vigentes e nas práticas didáticas educacionais. Dessa forma, estima-se reportar à Educação Inclusiva como abrangente e competente.

Por fim, espera-se que este livro possa fortalecer e clarificar os leitores sobre as várias modalidades da Educação Inclusiva como força motriz para o desenvolvimento e a formação integral do cidadão.

Danielle H. A. Machado
Janaína Cazini
(Organizadoras)

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A URGÊNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREAS DE GARIMPO NO NORTE MATO-GROSSENSE	
José Aldair Pinheiro Aumeri Carlos Bampi Edneuzza Alves Trugillo	
DOI 10.22533/at.ed.0411903091	
CAPÍTULO 2	6
EXPERIÊNCIAS E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA ESCOLA MUNICIPAL ANÍSIO TEIXEIRA – CURITIBA/PR	
Janaina Frantz Boschilia	
DOI 10.22533/at.ed.0411903092	
CAPÍTULO 3	10
LIXO MARINHO E A PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NO MUNICÍPIO DE CANANÉIA, LITORAL SUL DO SÃO PAULO	
Daiana Proença Bezerra Valéria Ghislotti Iared	
DOI 10.22533/at.ed.0411903093	
CAPÍTULO 4	22
GESTÃO DE PROCESSOS EDUCATIVOS ESCOLARES: PONTOS E CONTRAPONTO SOBRE ORGANIZAÇÃO, SUJEITOS E PARTICIPAÇÃO NAS ESCOLAS DO CAMPO	
Luzeni Ferraz de Oliveira Carvalho Maria Jucilene Lima Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.0411903094	
CAPÍTULO 5	37
INSERÇÃO DO TRABALHO ACADÊMICO NO ENSINO BÁSICO DA ZONA RURAL RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Everton Aparecido Moreira de Souza Cremilson de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.0411903095	
CAPÍTULO 6	41
NARRATIVAS DE FORMAÇÃO: PARTILHANDO SABERES DOCENTE SOBRE CURRÍCULO CONTEXTUALIZADO À REALIDADE DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE SERRINHA-BA	
Maria Lúcia Anunciação Martins Juliana Gonçalves dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.0411903096	
CAPÍTULO 7	53
A IMPORTÂNCIA DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA COMO ALTERNATIVA PEDAGÓGICA PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO	
Matheus Casimiro Soares Ferreira Lucas Casimiro Soares Ferreira Meubles Borges Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.0411903097	

CAPÍTULO 8 64

OS DESAFIOS PARA A OFERTA DO ENSINO NAS CLASSES MULTISSERIADAS NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE DUTRA-BAHIA

Maiane Alves Machado
Maria Dorath Bento Sodré

DOI 10.22533/at.ed.0411903098

CAPÍTULO 9 76

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: OS SABERES CONSTRUÍDOS PELOS PROFESSORES A PARTIR DE SUAS EXPERIÊNCIAS COM A EDUCAÇÃO INCLUSIVA, EM DUAS ESCOLAS DE FORTALEZA

Daniel de Oliveira Perdigão
Ângela Martins de Castro
Mariana Lima Vecchio

DOI 10.22533/at.ed.0411903099

CAPÍTULO 10 81

PRÁTICAS E CONCEPÇÕES DOS INTÉRPRETES DE LIBRAS SOBRE O ENSINO DE BIOLOGIA EM ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO EM IMPERATRIZ/MA

Darlan Morais Oliveira
Fernando Brasil Alves
Ana Amélia Coelho Braga
Fyama da Silva Miranda Gomes
Josidalva de Almeida Batista
Josiane Almeida Silva
Alcicleide Pereira de Souza
Maria José Costa Faria
Henrique Silva de Souza
Maria da Conceição Silva Cardoso
Jael Sanches Nunes
Teresinha Guida Miranda

DOI 10.22533/at.ed.04119030910

CAPÍTULO 11 85

EXISTE UNIDADE NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA SURDOS NO BRASIL?

Rubia Carla Donda da Silva
Viviani Fernanda Hojas

DOI 10.22533/at.ed.04119030911

CAPÍTULO 12 94

LITERATURA SURDA E O ENSINO DE LIBRAS: UM OLHAR PARA A CRIANÇA OUVINTE

Raylla Samara Pontes dos Santos
Aline de Fátima da Silva Araújo
Jéssica da Silva Ramos
Tamyres Soares Targino Muniz

DOI 10.22533/at.ed.04119030912

CAPÍTULO 13 108

MULTILETRAMENTOS, LIBRAS E FORMAÇÃO DOCENTE

Adriana Moreira de Souza Corrêa
Natália dos Santos Almeida

DOI 10.22533/at.ed.04119030913

CAPÍTULO 14 120

NEAI E SUAS AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR

Carla Imaraya Meyer de Felipe
Surama Lopes do Amaral
Rosielen Alves de Souza
Sergio Machado Morais Júnior
Ivandro Rafael Heckler

DOI 10.22533/at.ed.04119030914

CAPÍTULO 15 131

ENSINO-APRENDIZAGEM DE ELETRICIDADE PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Pedro Arly de Abreu Paula
Gilberto Dantas Saraiva
Silvana da Silva Nogueira

DOI 10.22533/at.ed.04119030915

CAPÍTULO 16 143

FOTOGRAFIA E CEGUEIRA: PARA ALÉM AS FRONTEIRAS DA COMUNICAÇÃO VISUAL

Ana Cláudia Dias Ribeiro
Aloir Pedruzzi Junior
Emi Silva de Oliveira
Caroline Alves Dias

DOI 10.22533/at.ed.04119030916

CAPÍTULO 17 152

O PAPEL DE DOCENTES E GESTORES ESCOLARES NA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Pedro Felipe da Costa Coelho

DOI 10.22533/at.ed.04119030917

CAPÍTULO 18 167

PRÁTICAS NO ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS/EXATAS PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL – REVISÃO DE LITERATURA

Darlan Morais Oliveira
Ana Amélia Coelho Braga
Josidalva de Almeida Batista
Josiane Almeida Silva
Alcicleide Pereira de Souza
Maria José Costa Faria
Henrique Silva de Souza
Maria da Conceição Silva Cardoso
Larissa Carvalho de Sousa
Patrício Francisco da Silva
Leide Cintia Vieira Silva
Cremilda Peres Cangussu de Abreu

DOI 10.22533/at.ed.04119030918

CAPÍTULO 19	172
EDUCAÇÃO E SOCIEDADE: O PAPEL DAS POLÍTICAS DE ENSINO MÉDIO NA FORMAÇÃO DE EDUCANDOS NO MUNICÍPIO DA AMAZÔNIA PARAENSE	
Afonso Welliton de Sousa Nascimento	
Francinei Bentes Tavares	
Yvens Ely Martins Cordeiro	
Alexandre Augusto Cals e Souza	
DOI 10.22533/at.ed.04119030919	
CAPÍTULO 20	185
PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES E PROFESSORES SOBRE OS FATORES QUE INFLUENCIAM NA APROVAÇÃO NO ENEM	
Raelma Medeiros Dantas	
Maria Genilda Marques Cardoso	
Iloneide Carlos de Oliveira Ramos	
Isauro Beltrán Núñez	
DOI 10.22533/at.ed.04119030920	
CAPÍTULO 21	197
A ATUAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA FRENTE ÀS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Tiago Oliveira de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.04119030921	
CAPÍTULO 22	211
HISTÓRIA E MEMÓRIA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MORRO DO CHAPÉU-BA (1979-2015)	
Solon Natalício Araújo dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.04119030922	
CAPÍTULO 23	226
POR UMA POÉTICA DA MEMÓRIA: NARRATIVAS VISUAIS ENTRECruzANDO TEMPOS E ESPAÇOS	
Roberto Lima Sales	
Mariane Freiesleben	
DOI 10.22533/at.ed.04119030923	
CAPÍTULO 24	238
FORMAÇÃO HUMANA E VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS: TRAÇOS DE UMA RELAÇÃO QUE DESAFIA O PROFISSIONAL PROFESSOR	
José Robério de Sousa Almeida	
Maria Elizomar de Almeida e Silva Sousa	
Lia Hebe Gonçalves de Lima Oliveira	
Maria Josenir da Silva Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.04119030924	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	253
ÍNDICE REMISSIVO	254

HISTÓRIA E MEMÓRIA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MORRO DO CHAPÉU- BA (1979-2015)

Solon Natalício Araújo dos Santos

s_natalicio@yahoo.com.br

Secretaria de Educação do Estado da Bahia

RESUMO: Este trabalho pretende re-construir a narrativa histórica da mobilização e participação política dos homens e mulheres ligados direta ou indiretamente ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morro do Chapéu-BA, entre os anos de 1979 a 2015, abordando suas experiências, os conflitos e as relações sociais de trabalho. Fundado em julho de 1979, o STR de Morro do Chapéu é uma das mais significantes entidades sindicais de uma categoria subalterna dos “mundos do trabalho” das regiões de Irecê, Chapada Diamantina e Piemonte da Chapada. Para o desenvolvimento do trabalho foram utilizados documentos como as atas e registros de sócios, entrevistas para a história oral, fotografias e leituras de uma bibliografia específica sobre o tema. O trabalho busca analisar a articulação dessa estrutura sindical com a defesa dos interesses dos trabalhadores rurais e os conflitos de terra ocorridos na região centro-norte do estado da Bahia.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalhadores Rurais; sindicalismo; cultura política; mundo do trabalho; redemocratização

ABSTRACT: This paper intends to re-construct

the historical narrative of the mobilization and political participation of the men and women directly or indirectly linked to the Rural Workers' Union of Morro do Chapéu-BA, between 1979 and 2015, addressing their experiences, conflicts and social relations of work. Founded in July 1979, the STR of Morro do Chapéu is one of the most significant union entities of a subaltern category of the “worlds of work” in the regions of Irecê, Chapada Diamantina and Piemonte da Chapada. For the development of the work were used documents such as minutes and records of members, interviews for oral history, photographs and readings of a specific bibliography on the subject. The paper seeks to analyze the articulation of this union structure with the defense of the interests of rural workers and the conflicts of land occurred in the central-north region of the state of Bahia.

KEYWORDS: Rural Workers; syndicalism; political culture; world of work; redemocratization

Em 1º de setembro de 2008, às 09:00 horas da manhã, um sindicato de trabalhadores rurais de uma pequena cidade do sertão da Bahia, que havia sido fundado no final da década de 1970, convocou uma assembleia para deliberar sobre a ratificação de sua fundação, atendendo a uma exigência do Ministério do Trabalho e Emprego. O senhor Fabio Oliveira Pinto, então

presidente daquele sindicato, explicou a necessidade da ratificação aos presentes na assembleia em virtude da falta de publicação à época da fundação do sindicato nos jornais. A ratificação foi estabelecida pela portaria nº 343 de 04 de maio de 2000 que exige publicações para requerimento de registro junto ao Ministério de Trabalho e Emprego. Por aclamação geral, todos os trabalhadores e trabalhadoras rurais presentes ratificaram a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morro do Chapéu-BA¹.

O município de Morro do Chapéu está localizado no Piemonte da Chapada Diamantina, região centro norte do Estado da Bahia, distante 384 Km de Salvador, capital do Estado. Segundo o Censo 2010 do IBGE, a área de Morro do Chapéu é de 5742, 910 Km², com uma população residente de 35.164 habitantes e uma densidade demográfica de 6,12 hab/Km².

Dos 35.164 habitantes, 17.688 compõem a população masculina e 17.476 a população feminina, 20.267 consistem na população residente urbana e 14.897 na população residente rural. Destas 14.897 pessoas, 5.056 são do gênero masculino, de 10 anos ou mais de idade, e estão ocupadas com atividades cujo trabalho principal são a agricultura, pecuária, produção florestal, pesca ou a aquicultura. E 2.336 são do gênero feminino, de 10 anos ou mais de idade, e estão ocupadas com atividades cujo trabalho principal são a agricultura, pecuária, produção florestal, pesca ou a aquicultura².

A memória é a base da identidade, e é por ela que se chega à história. Além da memória das pessoas, escrita ou recuperada pela oralidade, existem os “lugares e objetos de memória”, expressos por monumentos, praças, edifícios públicos ou privados, atas e fotografias, mas preservados como patrimônio histórico.

A partir da célebre fórmula de Karl Marx “os homens fazem sua própria história, mas não sabem que a fazem”³, registrada em **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**, podemos considerar o modo como os trabalhadores rurais ou urbanos, homens ou mulheres, jovens ou idosos percebem e compreendem as suas vivências e experiências históricas.

Este é um estudo de História Social das experiências e lutas de uma classe específica do Mundo do Trabalho a partir das culturas políticas e representações de sua entidade sindical. O presente trabalho tem como objeto de pesquisa a trajetória histórica do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morro do Chapéu e as experiências culturais, políticas e socioeconômicas dos homens e mulheres que fizeram e fazem parte da história dessa entidade e do mundo do trabalho específico que representa.

Com este trabalho, espero como E. P. Thompson, contribuir “para o desenvolvimento da compreensão da história como política, entendida como

1 Livro de Ata de Assembleia Geral, p. 75-6.

2 DADOS DO IBGE – MORRO DO CHAPÉU CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Disponível no site: <http://cidades.ibge.gov.br>. Consultado no dia 28/02/2014

3 MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Martin Claret, 2007. p. 19.

compromisso com a vida e os desejos dos homens e mulheres reais⁷⁴.



Deste trabalho pode-se destacar uma aproximação com a renovada história política, preocupada com as relações entre política e cultura: culturas políticas, políticas culturais e culturas históricas. O interesse pela ação dos indivíduos, grupos e movimentos sociais responsáveis pela fundação, experiências e trajetória histórica do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morro do Chapéu é o estudo de caso por meio do qual discutiremos as relações entre cultura política e cultura histórica.

O conceito de cultura política “permite explicar ou compreender o comportamento político de atores individuais e coletivos, privilegiando suas próprias percepções, lógicas cognitivas, memórias, vivências e sensibilidades”. A Nova História Política evidencia que as culturas políticas exerceram papel fundamental na criação de novas práticas que possibilitaram a diversos agentes negociar seus próprios interesses e articular “ideias, valores, crenças, símbolos, ritos, vocabulário, imagens e memórias em prol de lutas políticas e culturais”⁷⁵.

Considerar o camponês, agricultor familiar ou trabalhador rural como um ator social específico significa afirmar que sua reprodução não se explica apenas pela subordinação ao capital, mas também pela sua própria capacidade de resistência e adaptação.

4 NEGRO, Antonio L; FONTES, Paulo; FORTES, Alexandre. Peculiaridades de E. P. Thompson. In: THOMPSON, E. P. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2001. p. 45.
5 ABREU, Marta; GONTIJO, Rebeca; SOIHET, Rachel (orgs.). Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 14.

A partir da segunda metade do século XX, as correntes políticas de esquerda no Brasil começaram a usar o termo camponês para designar, de forma generalizada, os trabalhadores rurais, quando estes se organizaram em associações, como as Ligas Camponesas, e passaram a reivindicar seus direitos frente aos grandes e médios proprietários e lutar contra a expropriação⁶.

Depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o processo de modernização capitalista no Brasil foi acelerado, o que se reflete na construção de grandes obras públicas e na expansão do crédito fornecido às várias atividades econômicas, em nome do desenvolvimento. Foram construídas as primeiras grandes represas no rio São Francisco, visando a produção de energia elétrica, e criada a SUDENE, uma superintendência que deveria modernizar as atividades agrícolas e pecuárias feitas na região Nordeste. Estimulou-se a implantação de indústrias e expandiu-se consideravelmente a rede rodoviária, com estradas asfaltadas ligando os mais diversos pontos do país. Foram criadas superintendências de desenvolvimento regional, que estimularam a política de industrialização, de construção de obras de infraestrutura e de modernização da agricultura.

No Brasil foi apenas na década de 1960 que a população urbana superou a rural. Pelo Censo de 1940, mais de 68% dos habitantes viviam no campo. No Censo de 1980, já se via o inverso: cerca de 68% nas cidades. Ou seja: no curto espaço de tempo de 40 anos a população brasileira passou por uma inversão radical, com milhões de pessoas abandonando o campo em direção a cidades – onde muitos se instalaram de forma precária em favelas e periferias⁷.

Contudo, migrar não é a única possibilidade nem a natural reação a uma deterioração das condições de existência no campo. Outras reações são possíveis, entre as quais a resistência pela via da mobilização política, buscando anular as causas da saída e melhorar as condições de vida nas próprias regiões de origem.

Conforme Manuel Correia de Andrade, as lutas dos camponeses ou trabalhadores rurais não foram objeto de preocupação dos partidos políticos brasileiros, nem os agricultores receberam apoio destes às suas reivindicações. Isto se explica, uma vez que os partidos políticos, controlados pelas classes dominantes, estavam profundamente ligados ao latifúndio. O Partido Comunista do Brasil, que depois passou a ser chamado Partido Comunista Brasileiro, foi o primeiro a levantar o problema camponês, ao afirmar em seus manifestos que era necessário organizar um movimento operário-camponês para a tomada do poder. Contudo, sob inspiração da doutrina marxista-leninista, o PCB admitia que coubesse ao operariado o comando da revolução comunista, enquanto o camponês ficava colocado em um segundo plano, em seus programas e em sua linha de ação⁸.

6 ANDRADE, op. cit., p. 6

7 Disponível no site: <http://www.ibge.gov.br>. Consultado no dia 28/02/2014

8 ANDRADE, Manuel Correia de. Lutas Camponesas no Nordeste. São Paulo: Editora Ática, 1986. p. 25.

No Brasil, enquanto os trabalhadores urbanos tinham já uma longa história de atividade e presença política, na área rural, o movimento de organização camponesa, em termos de reivindicações e de objetivos definidos surgiu muito tardiamente. Tanto que em fins dos anos 1950, havia somente cinco sindicatos reconhecidos em todo o país. O mais antigo era o Sindicato dos Empregados Rurais de Campos (1933), no estado do Rio de Janeiro, que datava da década de 1930. Os outros eram: o Sindicato dos Empregados Rurais de Belmonte, criado em 1951 e reconhecido em 1955, e o Sindicato dos Empregados Rurais de Ilhéus e Itabuna na Bahia, criado em 1952 e reconhecido em 1957; o Sindicato dos Empregados Rurais de Tubarão, criado em 1951 e reconhecido em 1952, em Santa Catarina; e o Sindicato dos Empregados Rurais de Barreiros, Rio Formoso e Serinhaem, criado em 1954 e reconhecido em 1956, em Pernambuco.

Segundo Andrade, dentro da estrutura sindical corporativista do Brasil, havia dificuldade para a organização de sindicatos de trabalhadores rurais, face à repressão dos proprietários de terra e às restrições feitas pelo Ministério do Trabalho, que controlava o movimento sindical e que não via com bons olhos a organização dos trabalhadores do campo. Para contornar a situação, os sindicalistas rurais e o Partido Comunista do Brasil, em sua fase de legalidade (1945), organizaram associações, registradas em cartório, nos termos do Código Civil, a que denominavam ligas camponesas⁹.

Numerosas ligas camponesas foram organizadas em 1945 nas áreas periféricas do Recife e em alguns municípios do interior de Pernambuco, aglutinando plantadores de legumes, que se viam ameaçados de expulsão das terras arrendadas que cultivavam. Dentre as ligas organizadas, podemos destacar a da Iputinga, que depois foi transferida para o Bonji. Esta Liga Camponesa sobreviveu à cassação do registro do PCB e fora fundada pelos militantes Amaro do Capim, Carlos Cavalcante e José dos Prazeres, um incansável semeador de ligas, como a de Galiléia e de Barra da Guabiraba, mesmo depois de expulso do PCB¹⁰. Contudo, a maior parte das “ligas” do PCB foi extinta no final da década de 1940, sem terem alcançado projeção nacional.

Segundo Manuel Correia de Andrade, apesar das dificuldades de organização e da perseguição policial, o meio camponês mantinha-se agitado, em um momento histórico de expansão da grande propriedade e de expropriação do pequeno produtor. Estudantes, intelectuais e militantes mantinham contatos e estimulavam e assessoravam o movimento camponês. Consta que na década de 1950, ocorreram revoltas no Paraná (guerrilha de Porecatu), no Maranhão (revolta de D. Noca) e em Goiás, onde se formou o território livre de Tromba-Formoso¹¹.

De acordo com Andrade, as ligas camponesas ganharam grande importância nas áreas onde havia camponeses a serem expropriados devido à expansão da cultura de

9 ANDRADE, Manuel Correia de. *Lutas Camponesas no Nordeste*. São Paulo: Editora Ática, 1986. p. 26.

10 Idem.

11 Idem.

cana-de-açúcar, como nos municípios de Vitória de Santo Antão, em Pernambuco, Mari e Sapé, na Paraíba, ou nas áreas em ocupação, onde os posseiros eram expulsos da terra por latifundiários e grileiros – sertões do Maranhão, Piauí e Bahia.

Concomitante à criação das Ligas Camponesa, ampliação de sua importância e extensão de sua influência por quase todos os estados do Brasil, o movimento de sindicalização rural era desenvolvido pela Ultab (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), criada em 1954, na Conferência Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em São Paulo, sob a influência do PCB.

Enquanto as Ligas tiveram uma grande penetração no meio rural camponês, onde dominavam arrendatários, posseiros, parceiros e pequenos proprietários, o movimento sindical teve maior expressão nas áreas onde dominavam os assalariados agrícolas, onde se fazia a cultura da cana-de-açúcar, do cacau e posteriormente do café.

Porém, ocorre que os sindicatos só podiam funcionar plenamente se reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, que os controla – até a destituição de diretorias eleitas pela base e a substituição destas por interventores é facultada ao Ministério – como forma de impedir que eles tenham uma atuação mais enérgica na articulação de suas reivindicações.

Iniciou-se uma luta, que se acirraria, entre os sindicatos organizados pelo PCB e as Ligas Camponesas. Na maioria dos estados da região Nordeste, os governadores reprimiam, em nome da ordem e da lei, as tentativas dos camponeses tanto de se organizarem como de levantarem reivindicações, pleiteando melhoria das condições de trabalho ou reconhecimento de direitos já consagrados em lei.

Nossas formas atuais de percepção do mundo rural brasileiro e de seus agentes guardam estreita relação com processos políticos e sociais ocorridos a partir dos anos 1940 e que atingiram um de seus momentos de maior intensidade no início da década de 1960, durante o governo de João Goulart (1961-1964). Segundo Ângela de Castro e Gomes, “os projetos de estender a legislação trabalhista ao campo, que existiram ainda durante o Estado Novo, não tiveram um bom curso, encontrando resistências sólidas, vindas especialmente dos proprietários rurais”¹².

Não obstante, ao longo dos anos 1950, algumas transformações estiveram em curso e foram aprofundadas em inícios dos anos 1960. Os direitos dos trabalhadores rurais só começaram a ser assumidos a partir do governo de João Goulart, presidente que foi o principal defensor da sindicalização rural e da Reforma Agrária durante a Nova República (1945–1964)¹³.

De acordo com Marcelo Badaró Mattos, “com uma carreira marcada pela proximidade em relação às lideranças sindicais do PTB e seus aliados”, Jango foi,

12 GOMES, Ângela de Castro. Cidadania e direitos do trabalho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. p. 55

13 RIBEIRO, Darci. João Goulart. Disponível em: <www.institutojoaogoulart.org.br/conteúdo.php?id=34>. Acesso em 22. abr. 2010.

entre os presidentes do período 1945-1964, “aquele que mais abriu espaços políticos para a discussão das propostas do sindicalismo, em especial nos últimos meses de seu governo, quando pareciam fracassar suas tentativas de conciliação política com os setores mais à direita no espectro político”¹⁴. Contudo, Mattos adverte que “isso não significa que seu comportamento evitasse a tradicional concepção trabalhista do controle sobre as mobilizações operárias”¹⁵.

Em 1963, foi aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural. No bojo de uma ampla campanha pelas chamadas Reformas de Base, este documento colocou, pela primeira vez, o homem do campo no circuito de proteção social do Estado. O principal impacto do Estatuto do Trabalhador Rural ocorreu na área de organização sindical, tornando-a mais simples e desburocratizada. Gomes afirma que “as experiências de formação de associações de trabalhadores rurais que estavam em curso, como a das Ligas Camponesas, multiplicaram-se rapidamente, surgindo inúmeros sindicatos”¹⁶.

Apesar desse grande ganho, no que diz respeito à extensão dos benefícios trabalhistas, o Estatuto do Trabalhador Rural não teve os mesmos desdobramentos. Pois, como afirmou Gomes, “as resistências continuaram fortes e não houve uma previsão de recursos adequada e consistente para o cumprimento da proteção”¹⁷. Os trabalhadores rurais, na prática, ainda na década de 1960, assim como os autônomos e os domésticos, continuavam excluídos dos benefícios trabalhistas enquanto direitos de cidadania.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) foi fundada em 22 de dezembro de 1963 como resultado direto das organizações dos trabalhadores e trabalhadoras em Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e das Federações Estaduais dos Trabalhadores na Agricultura, que compõem o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR). O MSTTR, ao longo das últimas cinco décadas, consolidou-se como principal instrumento de representação sindical e de luta dos povos do campo, da floresta e das águas¹⁸.

O período do governo de João Goulart (1961-1964) foi de intensificação das lutas camponesas e das divergências entre as várias tendências, enfraquecendo o movimento dos trabalhadores rurais, que seria inteiramente desarticulado em 1964, para somente voltar a ter maior agressividade e expressão quinze anos depois, a partir de 1979.

O golpe civil-militar de 1964 resultou em uma das mais intensa e profunda repressão política que a classe trabalhadora e os estudantes enfrentaram na história do Brasil. Além das ocupações militares, das intervenções, das cassações, das prisões

14 MATTOS, Marcelo Badaró. Trabalhadores e sindicatos no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 98.

15 Idem.

16 GOMES, Ângela de Castro. Cidadania e direitos do trabalho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. p. 55

17 Idem, p. 55-6.

18 Idem

e exílios. A ditadura passou a se utilizar de práticas de tortura, assassinatos e censura, acabando com a liberdade de expressão, organização e manifestação política. Os números oficiais apontam que mais de 40 mil brasileiros foram vítimas dos atos de exceção no regime instaurado em 1964, e destes, 475 foram mortos.

Sabe-se que com o golpe civil-militar de 1964, as lutas no campo sofreram um refluxo. Diversas lideranças foram perseguidas, assassinadas e torturadas pelas Forças Armadas e por organismos policiais do Estado. Outros fugiram ou se exilaram. Terras desapropriadas foram devolvidas aos seus supostos antigos donos e o medo tornou-se um componente na vida dos trabalhadores rurais, que nesse novo contexto não tinham apenas a violência dos proprietários e grileiros para se preocupar, mas também do governo autoritário recém-instalado.

Um processo de intervenção do governo militar se abateu sobre os sindicatos, federações e também sobre a CONTAG. A intervenção sobre as organizações sindicais dos trabalhadores rurais foi conduzida a partir de um acordo entre militares e os Círculos Operários, que nomearam Juntas Governamentais para dirigir as organizações sindicais. Os Círculos Operários foi um movimento que surgiu no início da década de 1930, ligado diretamente à Igreja Católica, e era marcado por seu caráter de ordem assistencialista, paternalista e conciliatório. O circulismo foi a experiência-piloto da Igreja no meio operário, que pretendia remediar as condições de pobreza em que viviam os trabalhadores ao mesmo tempo em que desqualificava qualquer possibilidade de mudança social pela via da ruptura, deslocando todas as questões do mundo do trabalho para a esfera da cooperação.

Após o golpe, a CONTAG sofreu intervenção do Ministério do Trabalho, alijando dirigentes comunistas de seus cargos, pondo em seu lugar católicos circulistas.

Contudo, a repressão ao Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR) e às Ligas Camponesas, após o golpe, não significou o desaparecimento das lutas no campo.

Os congressos da CONTAG foram espaços centrais de mobilização para o sindicalismo rural. Tanto os congressos de 1973 como o de 1979 foram importantes locais de articulação e troca de experiência para os trabalhadores rurais. Anteriormente, eles eram precedidos por encontros preparatórios regionais e estaduais, que se constituíram em espaços de mobilização e sistematização das reivindicações do MSTR.

Fundado em 15 de julho de 1979, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morro do Chapéu legalmente é regido pelos estatutos da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no estado da Bahia (FETAG-BA), e pelos seus próprios regimentos e estatuto.

O STR de Morro do Chapéu foi formado em um período importante da história recente do Brasil, posto que o processo de transição democrática dos finais dos anos 1970 e início dos anos 1980 representa um momento de ruptura política. A mobilização

para o sindicalismo rural teve como espaços centrais os Congressos no âmbito da FETAG e da CONTAG. Em 1979 ocorreu o III Congresso da CONTAG, um importante local de articulação e troca de experiência para os trabalhadores rurais.

O Congresso de 1979 da CONTAG ocorreu em um momento de distensão do regime, com a extinção dos Atos Institucionais e a aprovação da Lei da Anistia, vivia-se assim um contexto de euforia em relação ao crescimento dos movimentos sociais e de redemocratização do país. Pode-se afirmar que o III Congresso da CONTAG foi um momento de retomada das lutas sindicais no campo e oportunidade de atualização das práticas sindicais.

Em agosto de 1981, na cidade de Praia Grande, Estado de São Paulo, foi realizada a I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT). Nela estiveram presentes 1091 entidades sindicais e 5036 delegados. Do campo participaram 348 sindicatos, 17 Federações com a sua Confederação, a CONTAG, totalizando 1200 delegados. Conforme Regina Reyes Novaes,

“a expressiva delegação dos ‘rurais’, sua participação efetiva nos grupos de trabalho e uma atuação conjunta no plenário, orquestrada pela CONTAG, chamou a atenção não só de operários fabris, funcionários públicos, assalariados médios e trabalhadores de serviços ali presentes, como também de estudiosos do sindicalismo no Brasil, para muitos dos quais as lutas no campo se resumiam à história das Ligas Camponesas, reprimidas e desbaratadas após o golpe militar de 1964”¹⁹.

O movimento sindical dos trabalhadores rurais renasceu nos fins da década de 1970, dando primeira prioridade às campanhas reivindicatórias por melhoria salarial e melhores condições de vida para o trabalhador; procurava mobilizar a classe a associar-se aos sindicatos, mas mantinha a estrutura assistencial, sobretudo através do FUNRURAL, que viabilizava a aposentadoria do trabalhador rural com idade avançada ou doente. A reativação dos sindicatos rurais resultou do desejo dos trabalhadores de atenuar a pressão que sofriam por parte dos proprietários e de efetivar o reconhecimento dos seus direitos. Numerosos sindicatos mantiveram vínculos de dependência com proprietários, mas outros desenvolveram uma intensa atividade em defesa dos interesses dos seus associados. Há uma grande diferença, quanto ao nível de capacidade de luta, entre os sindicatos onde dominam os assalariados (com interesses mais homogêneos) e os sindicatos onde dominam os pequenos proprietários, mais heterogêneos e menos ativos.

As formas de luta mais agudas no meio rural da região Nordeste apresentam características diferentes, conforme as áreas onde se ocorrem: áreas da grande produção capitalista, ou mais tradicionais, ou em ocupação. Assim, nas regiões de grande lavoura (cana de açúcar, cacau e café) a forma de luta mais característica

19 NOVAES, Regina Reyes. Continuidades e rupturas no Sindicalismo Rural. In: BOITO JR, Armando; et al (orgs). O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 173.

é a greve dos trabalhadores, reivindicando em geral melhores salários e melhores condições de trabalho. Naquelas onde o capitalismo não tem intensa aplicação, a luta ainda é contra a expropriação do pequeno produtor ou de defesa da terra pelo posseiro.

Conforme Eric Wolf, antropólogo austríaco radicado e formado nos Estados Unidos da América, “o protesto rural adquire importância, não tanto porque seja em si mesmo revolucionário, mas porque desafia todo um sistema de poder”²⁰.

Nessa perspectiva, a história do movimento sindical rural de Morro do Chapéu se insere no panorama geral de reorganização da estrutura sindical no período de distensão da ditadura militar e de vinculação às centrais sindicais, além da criação da Comissão Pastoral da Terra.

Podemos vincular o contexto histórico e local da questão rural no município de Morro do Chapéu a partir da leitura de uma publicação paga na edição de jornal Correio do Sertão do dia 15 de Janeiro de 1979, intitulada Esclarecimento Importante, de autoria do senhor Gemeniano Teles da Cruz, datada em 1º de Janeiro de 1979:

“Foi encaminhado pelo Secretario da Agricultura da Bahia, um “Processo Crime” sendo indiciado pelo Delegado Regional e já encaminhado à Justiça do Morro do Chapéu. Dizem os “Grileiros” na queixa que Geminiano está dificultando o progresso de Morro do Chapéu no plantio de café.

Creio que denunciar ‘grilagem’ apontar ‘fraude’ repudiar a ‘ação dos violentos e dos corruptos’, além de ser uma atitude corajosa e até patriótica é sobre tudo uma valiosa contribuição minha para o progresso do meu país. Tudo começou quando fiz várias denúncias de Cartório de [Morro do] Chapéu, fabricava escritura fantasma ou seja falsas a favor de Grileiros, com as quais tem conseguido vultosos empréstimos em Bancos Oficiais, utilizando documentos públicos, inverídicos, juridicamente inválidos, que represente transações fantasma e inexistente”²¹.

Preocupados com os conflitos no campo, mas também com questões de “aposentadoria (por velhice ou invalidez), pensão, auxílio funeral, serviços de saúde, serviço social”, os trabalhadores rurais procuravam construir formas de enfrentamento contra os proprietários e patronato rurais, além do próprio Estado e governos federal, estadual e municipal.

Às 14:00 horas do dia 15 de julho de 1979 na sede do prédio do antigo INPS (Instituto Nacional da Previdência Social), situado na Praça da Bandeira, na cidade de Morro do Chapéu-BA, reuniram-se de livre vontade aproximadamente 580 pessoas físicas residentes no município com o objetivo especial de fundar um sindicato de Trabalhadores Rurais, nos termos da legislação vigente²².

Todos os trabalhos foram dirigidos pelos senhores Generino Pereira de Novaes e

20 WOLF, Eric. Fases do protesto rural na América Latina. In: WOLF, Eric. Antropologia e Poder. (Organizado por Bela Feldman-Bianco e Gustavo Lins Ribeiro). Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora Unicamp, 2003. p. 195.

21 CORREIO DO SERTÃO, Ano 62, nº 2230, Morro do Chapéu-BA, 15 de Janeiro de 1979.

22 AFSTRMC. Ata de Fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morro do Chapéu. Morro do Chapéu, 15 de Julho de 1979.

Dr. Erber Santos, este era advogado e aquele era o segundo Secretário da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado da Bahia (FETAG-BA). O senhor Generino Pereira de Novaes foi aclamado como Diretor dos Trabalhos e, para secretariá-lo e lavrar a ata da reunião, convidou Maria Neide Valois Coutinho, funcionária do FUNRURAL. Por sua vez, a assembleia indicou os senhores Belizário Vieira da Silva e Dilesmundo Pinto Souza, então assessores educacionais da FETAG-BA, para escrutinadores, ficando assim constituída a mesa²³.

Em seguida, o Diretor dos Trabalhos, Generino Pereira de Novaes mandou que se fizesse a leitura do Edital de Convocação para reconhecimento de todos os presentes e passou-se a discutir o item sobre a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morro do Chapéu. Consta na Ata de Fundação que vários oradores se fizeram ouvir defendendo a “tese da necessidade de se fundar o Sindicato para defender os interesses da categoria”, do usufruto dos direitos assim como da submissão aos deveres constantes da legislação sindical²⁴.

Após intensa discussão sobre a necessidade do sindicato, passou-se à votação da ideia de fundação do Sindicato, matéria a qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida, continuando o que determinava o edital de convocação, começaram a discutir os Estatutos Sociais, que foram lidos na íntegra pelo Diretor da Mesa. O senhor Generino Pereira de Novaes, conforme uma das cláusulas do Estatuto Social da Entidade, leu os artigos item por item para discussão e para serem votados por escrutínio secreto. Ao final da discussão, os Estatutos Sociais com seus artigos foram aprovados por unanimidade em escrutínio secreto²⁵.

Depois da votação dos estatutos, o diretor da mesa Sr. Generino Pereira de Novaes declarou que era necessário eleger uma Diretoria Provisória e, de acordo com a legislação da entidade, suspendeu a sessão por 30 (trinta) minutos para a tomada das providências necessárias e organização das chapas. Reiniciados os trabalhos, procederam-se as eleições da Diretoria por escrutínio secreto que resultaram na seguinte apuração:

Presidente	Rubens Dias dos Santos
Secretário	Renan de Oliveira Araújo
Tesoureiro	Gisvaldo Souza Maciel

Fonte: AFSTRMC. Ata de Fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morro do Chapéu. Morro do Chapéu, 15 de Julho de 1979.

Conforme a Ata de Fundação, todos os eleitos são cidadãos brasileiros,

23 Idem; CORREIO DO SERTÃO, Ano 63, nº 2243, Morro do Chapéu-BA, 30 de Julho de 1979.

24 Idem.

25 Idem. Entrevista com Maria Neide Valois Coutinho, realizada no dia 31 de maio de 2013.

considerados de moral ilibida e atendentes de todas as exigências da lei. O diretor dos trabalhos Generino Pereira de Novaes os declarou eleitos e empossados. O Presidente eleito, Rubens Dias dos Santos, com a palavra declarou definitivamente fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morro do Chapéu, e em seguida passou a discutir sobre a fixação da contribuição dos associados, mensalidade a qual, por sugestão de Novaes, foi estabelecida no valor de Cr\$ 10,00 (Dez Cruzeiros)²⁶.

O presidente Rubens Dias dos Santos colocou que seria solicitado ao Ministério do Trabalho o reconhecimento do Sindicato para poder exercer a sua função legalmente, conforme o Estatuto. Com esse intento, o Presidente pediu autorização ao Conselheiro que o atendeu. Ao fim, em nome dos eleitos, o presidente Rubens Dias dos Santos agradeceu a todos os presentes a confiança depositada, franqueou a palavra à assembleia, e diante da ausência de manifestação, declarou encerrados os trabalhos²⁷.

Segundo o jornal Correio do Sertão do dia 30 de Julho de 1979, “a instalação do Sindicato deu motivo a um intenso movimento [...], em virtude de se planejar uma disputada eleição para a diretoria [...], o que dum certo modo tomou natural caráter político, havendo discursos e discussões”. O tradicional jornal morrense aponta que o resultado foi “que os trabalhadores rurais não tiveram a liberdade de votar e então, de comum acordo, a referida diretoria foi aclamada e empossada provisoriamente”²⁸.

Conforme o primeiro artigo do Capítulo I do seu Estatuto Social, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morro do Chapéu foi constituído para fins de estudo agrícola; de garantia dos direitos trabalhistas, previdenciários, políticos e sociais; de defesa e coordenação dos interesses profissionais, individuais e coletivos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais (ativos, aposentados e pensionistas)²⁹.

De acordo com o seu Estatuto Social, o STR de Morro do Chapéu considera como trabalhadores e trabalhadoras rurais todos os indivíduos que exercem atividades como assalariados empregados permanentes, safristas e eventuais na agricultura, pecuária e similares, na silvicultura, na produção extrativa rural, os aposentados e pensionistas da área rural, bem como, os pequenos produtores, proprietários, posseiros, assentados, meeiros, parceiros e arrendatários, que exercem atividade rural, individualmente ou em regime de economia familiar, ou seja, o trabalho da mesma família executado em condições de mútua dependência e colaboração, com ajuda eventual de terceiros, observando-se o limite máximo de quatro módulos fiscais (Totalizando 260 hectares, sendo que um módulo fiscal equivale a uma área rural de 65 hectares)³⁰.

Sobre as mudanças em relação à situação dos trabalhadores rurais, comparando

26 AFSTRMC. Ata de Fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morro do Chapéu. Morro do Chapéu, 15 de Julho de 1979.

27 Idem

28 CORREIO DO SERTÃO, Ano 63, nº 2243, Morro do Chapéu-BA, 30 de Julho de 1979.

29 ESSTRMC. Estatuto Social do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morro do Chapéu. Morro de Chapéu – Bahia, 05 de Setembro de 1999.

30 Idem.

o antes e o depois da fundação do STR de Morro do Chapéu, a senhora Maria Neide Valois Coutinho, funcionária aposentada do INSS, ex-representante do FUNRURAL e que esteve presente na reunião de 15 de Julho de 1979 sobre a fundação do Sindicato, nos diz:

“Olhe, o que eu acho que melhorou, pra os trabalhadores, não sei se por que eu era do antigo FUNRURAL, era representante do FUNRURAL em Morro do Chapéu. E eu acho que o que melhorou, falando da ligação com FUNRURAL, foi exatamente um documento que era chamado de folha de informação, que o fazendeiro assinava pra que o trabalhador pudesse conseguir a aposentadoria, pra que se fosse possível concedermos o benefício, era necessário que o trabalhador assinasse uma folha de informação, informando o período de trabalho naquela propriedade, colocasse o número de INCRA e tudo, e aquele documento, ele precisava do visto do sindicato. Então, nesse sentido, eu acho que melhorou muito na época pra o trabalhador rural. Que antes era assinado pelo juiz de paz, por que não tinha sindicato, então a partir da fundação do sindicato, então passou a ser assinado pelo sindicato. Agora em termos de assistência que eu via, é, em Cafarnaum e Canarana, no sentido da assistência jurídica, médica e odontológica, eu sinceramente te digo, eu não senti isso em Morro do Chapéu. Não sei se melhorou em termos, assim, de outras assistências por lá, não posso lhe afirmar. Mas nesse sentido aí, parece que nós não conseguimos alcançar o objetivo que nós pleiteávamos, não sei, parece que não foi assim a contento, nos dá a impressão, mas no sentido da aposentadoria eu acho que facilitou, que melhorou, acredito.”³¹

O STR de Morro do Chapéu até o dia 23 de novembro de 2015 possuía o número de 18318 inscritos entre ativos e inativos, dos quais 955 estavam em condições de votos para as eleições do quadriênio 2015/2019. Observa-se que, segundo seu Estatuto Social, o sindicato abrange os membros da categoria dos trabalhadores rurais independente das suas convicções políticas, filosóficas, partidárias ou religiosas, sem discriminação de cor, raça ou gênero³².

Em 2013, foi realizado o 11º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (11º CNTTR) pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), entidade que completou 50 anos, “com uma trajetória marcada pela defesa incansável dos direitos e interesses dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, escrevendo uma história marcada pela luta, coragem e persistência”³³.

Nestes mais de 30 anos de história, é necessário reconhecer e dar a importância devida ao papel que tem o movimento sindical na luta para que as leis sejam cumpridas no país e para que se estreitem as ligações entre esse movimento no campo, movimento dos agricultores, dos trabalhadores urbanos, do operariado. Ressalta-se também a grande participação que tem a CONTAG e a FETAG, atuando juntamente com os STRs, na luta em defesa dos agricultores e trabalhadores rurais, da reforma agrária,

31 Entrevista com Maria Neide Valois Coutinho, realizada no dia 31 de maio de 2013.

32 Idem; Ata de Apuração das Eleições para Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Suplentes do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Morro do Chapéu-Bahia, para o quadriênio 2015/2019, realizada das 08:00 as 19:30 horas do dia 11 do mês de outubro de 2015.

33 CONTAG. Anais do 11º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Cidade Gráfica: Distrito Federal, 2013. p. 11

na organização de manifestações, passeatas e congressos onde são debatidos os problemas e sugeridas soluções para a questão da terra, demandas e assistências aos trabalhadores.

FONTES

Escritas

Ata de Apuração das Eleições para Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Suplentes do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Morro do Chapéu-Bahia, para o quadriênio 2015/2019, realizada das 08:00 as 19:30 horas do dia 11 do mês de outubro de 2015.

AFSTRMC. Ata de Fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morro do Chapéu. Morro do Chapéu, 15 de Julho de 1979.

CORREIO DO SERTÃO, Ano 62, nº 2230, Morro do Chapéu-BA, 15 de Janeiro de 1979.

CORREIO DO SERTÃO, Ano 63, nº 2243, Morro do Chapéu-BA, 30 de Julho de 1979.

ESSTRMC. Estatuto Social do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morro do Chapéu. Morro de Chapéu – Bahia, 05 de Setembro de 1999.

Livro de Ata de Assembleia Geral

Orais

Entrevista com Maria Neide Valois Coutinho, realizada no dia 31 de maio de 2013.

REFERENCIAS

ABREU, Marta; GONTIJO, Rebeca; SOIHET, Rachel (orgs.). **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Lutas Camponesas no Nordeste**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

CONTAG. **Anais do 11º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais**. Cidade Gráfica: Distrito Federal, 2013.

DADOS DO IBGE – MORRO DO CHAPÉU CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Disponível no site: <http://cidades.ibge.gov.br>. Consultado no dia 28/02/2014

GOMES, Ângela de Castro. **Cidadania e direitos do trabalho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

NEGRO, Antonio L; FONTES, Paulo; FORTES, Alexandre. Peculiaridades de E. P. Thompson. In: THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2001.

NOVAES, Regina Reyes. Continuidades e rupturas no Sindicalismo Rural. In: BOITO JR, Armando; et al (orgs). **O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RIBEIRO, Darci. João Goulart. Disponível em: <www.institutojoaogoulart.org.br/conteúdo.php?id=34>. Acesso em 22. abr. 2010.

WOLF, Eric. Fases do protesto rural na América Latina. In: WOLF, Eric. **Antropologia e Poder**. (Organizado por Bela Feldman-Bianco e Gustavo Lins Ribeiro). Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora Unicamp, 2003.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Danielle Helena Almeida Machado - Graduada na Licenciatura em Letras-Língua Portuguesa e Inglesa. Pós-Graduada em Língua Portuguesa e Teoria Literária pela Secal (Sociedade Educativa e Cultural Amélia). Especialista em Docência do Ensino Superior pelo Esap (Instituto de Estudos Avançados e Pós-Graduação). Pós-Graduada em Gestão de Recursos Humanos pela Faculdade São Braz. Pós-Graduada em Qualidade Pública e Responsabilidade Fiscal pela Faculdade São Braz. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Sociolinguística, Dialetoologia, Teoria Literária, Língua Portuguesa e Inglesa. Na área da Indústria possui experiência de Interpretação de Textos Técnicos em Português e Inglês, Gestão de Recursos Humanos, Gestão de Produção e Gestão Industrial no SENAI/ PG (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial)

Janaina Cazini - Bacharel em Administração (UEPG), Especialista em Planejamento Estratégico (IBPEX), Especialista em Educação Profissional e Tecnológica (CETIQT), Practitioner em Programação Neurolinguista (PENSARE) e Mestre em Engenharia da Produção (UTFPR) com estudo na Área de Qualidade de Vida no trabalho. Coordenadora do IEL – Instituto Evaldo Lodi dos Campos Gerais com Mais de 1000h em treinamentos in company nas Áreas de Liderança, Qualidade, Comunicação Assertiva e Diversidade, 5 anos de coordenação do PSAI – Programa Senai de Ações Inclusivas dos Campos Gerais, Consultora em Educação Executiva Sistema Fiep, Conselheira da Gestão do Clima, Co-fundadora do ProPcD – Programa de Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mercado de trabalho. Co-autora do Livro Boas Práticas de Inclusão – PSAI. Organizadora da Revista Educação e Inclusão da Editora Atena.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 88, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 135, 161, 162
Aprendizagem 6, 24, 31, 34, 41, 44, 46, 47, 49, 58, 63, 65, 66, 68, 72, 83, 88, 103, 104, 105, 106, 108, 112, 120, 123, 125, 126, 127, 128, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 140, 142, 144, 154, 155, 156, 160, 168, 187, 188, 189, 191, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 228, 236, 238, 240, 253

D

Deficiência visual 122, 124, 127, 128, 131, 132, 134, 138, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 152, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 163, 165, 166, 167, 168, 171

Desenvolvimento humano 69, 238, 252

Dificuldade de aprendizagem 201, 204, 207, 209

Docente 23, 24, 31, 32, 37, 41, 43, 49, 50, 62, 68, 70, 75, 76, 80, 105, 108, 110, 112, 113, 115, 129, 133, 134, 153, 158, 160, 162, 183, 199, 204, 238, 239, 244, 246, 249, 251, 252

E

Educação ambiental 1, 2, 4, 5, 6, 8, 10, 11, 12, 20, 21, 72

Educação básica 33, 38, 46, 51, 52, 67, 71, 72, 75, 84, 86, 87, 93, 133, 141, 153, 155, 164, 167, 168, 174, 177, 178, 179, 180, 181, 197, 198, 199, 201, 208, 238, 239, 244, 251, 252

Educação inclusiva 76, 77, 78, 79, 80, 85, 87, 88, 92, 103, 105, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 133, 135, 136, 142, 158, 164, 165, 205

Educação no campo 37, 65, 66, 74

ENEM 9, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195

Ensino-aprendizagem 31, 58, 66, 83, 104, 105, 106, 112, 123, 191, 197, 201, 202, 204, 205, 208, 228, 236

Ensino fundamental 6, 12, 13, 23, 24, 25, 33, 66, 70, 71, 72, 74, 76, 86, 118, 142, 152, 153, 154, 156, 157, 161, 165, 169, 172, 209

Escolas do campo 25, 27, 30, 31, 33, 34, 42, 46, 48, 49, 51, 64, 65, 66, 67, 72, 74

Estudante 49, 58, 90, 123, 124, 125, 126, 185, 190, 191, 194, 228, 235

F

Formação docente 24, 41, 43, 110, 238, 239, 244, 246

Formação humana 24, 26, 41, 42, 47, 59, 115, 238, 239, 240, 244, 245, 246, 248, 251

G

Gestor escolar 161, 201

M

Memória 45, 47, 50, 113, 143, 147, 148, 212, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 235, 236, 237

Multiletramento 110

P

Pessoas com deficiência 80, 87, 92, 120, 121, 125, 135, 146, 154, 155, 159, 166

Políticas Públicas 35, 48, 52, 56, 67, 68, 69, 70, 74, 80, 85, 93, 121, 123, 125, 149, 153, 154, 163, 165, 173, 179, 180, 184, 240, 241

Professor 13, 37, 38, 39, 46, 50, 65, 76, 79, 80, 82, 83, 100, 104, 105, 113, 115, 133, 134, 135, 136, 140, 148, 156, 159, 160, 164, 189, 200, 201, 203, 205, 227, 228, 238, 239, 240, 246, 247, 248, 249, 250

Psicopedagogia 197, 204, 209, 210

S

Surdo 82, 83, 85, 87, 88, 90, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 111, 112, 113, 114, 115, 147

Sustentabilidade 2, 6, 10, 11, 20, 47, 51

T

Tecnologia assistiva 120, 124, 127

Trabalhadores rurais 25, 35, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224

V

Violência nas escolas 9, 238, 244, 245, 246, 247, 248, 251

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-604-1

